

## 2.1. Education governance, autonomy and accountability

### SP - (18702) - AS POLÍTICAS EDUCATIVAS E A RELAÇÃO COM O ALARGAMENTO DA OFERTA DOS CURSOS PROFISSIONAIS NO ENSINO SECUNDÁRIO PÚBLICO EM PORTUGAL: O ESTADO DA ARTE

Lívia Cruz (Portugal)<sup>1</sup>

1 - Instituto de Educação da Universidade de Lisboa

#### Short Abstract

As políticas educativas desempenham um papel ativo no processo de fundamentação, regulação, gestão e avaliação dos normativos que compõem o sistema educativo (Antunes, 2004; Antunes, 2005; Barroso, 2005; Carvalho, 2015), seja no contexto supranacional, nacional ou local. Nesta comunicação apresentamos os resultados da análise da produção académica que elege como objeto de estudo a medida de política educativa que consagrou a introdução dos cursos profissionais nas escolas secundárias públicas. Em 1989, foram criadas as escolas profissionais, as quais ofereciam uma formação inicial de dupla certificação (Antunes, 2004). Em 2004, foi iniciada a oferta dos cursos profissionais em escolas secundárias públicas (Decreto-lei nº 74/2004). Já os anos de 2007/2008 marcam o alargamento da oferta dos cursos profissionais (CNE, 2021) em Portugal. O corpus documental é constituído por 15 teses de doutoramento e por 8 artigos científicos publicados em revistas com revisão por pares e que discutem a introdução dos cursos profissionais na escola pública sob a ótica da análise das políticas públicas. A análise deste corpus visou dar resposta às seguintes questões: o que nos dizem estes trabalhos sobre a forma como esta medida de política pública reflete as orientações de organizações internacionais (OCDE, Banco Mundial, Comissão Europeia, UNESCO) (Alves, 2006; Antunes, 2004; CNE, 2019), quanto a importância e papel da formação inicial profissionalizante; e sobre quem são os actores reconhecidos e contemplados por essa política? Com base nas publicações consultadas, foi possível perceber que a formação inicial profissionalizante irá possibilitar a melhora do índice de desenvolvimento da vida profissional em Portugal, em relação aos indicativos do cenário europeu. Desenvolvimento esse relacionado as políticas públicas e políticas educativas, as quais se mostram atentas ao compromisso de tornar cada vez mais atrativa a oferta dos cursos profissionais de dupla certificação do ensino secundário público, e assim promover a equidade social. Os decisores políticos, as escolas secundárias públicas, os estudantes, os gestores escolares, os diretores de curso, representam alguns dos actores sociais que são reconhecidos e contemplado pela ação dessa política pública.

#### References

- Alves, N. (2006). Socialização escolar e profissional dos jovens: projectos, estratégias e representações. (Cadernos Sísifo: 1). Educa, Uidce.
- Antunes, F. (2004). Globalização, europeização e especificidade educativa portuguesa: A estruturação global de uma inovação nacional. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 70, 101-125. <https://doi.org/10.4000/rccs.1051>
- Antunes, F. (2005). Globalização e europeização das políticas educativas: percursos, processos e metamorfoses. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 47, 125-143. <https://sociologiapp.iscte-iul.pt/pdfs/47/508.pdf>
- Barroso, J. (2005). O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. *Educação & Sociedade*, 26(92), 725-751. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302005000300002>
- Carvalho, L. M. (2015). As políticas públicas de educação sob o prisma da ação pública: esboço de uma perspectiva de análise e inventário de estudos. *Currículo sem Fronteiras*, 15(2), 314-333. <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol15iss2articles/carvalho.htm>
- Conselho Nacional de Educação (CNE). (2019). Estado da Educação 2019. [https://www.cnedu.pt/content/edicoes/estado\\_da\\_educacao/EE2019\\_Digital\\_Site.pdf](https://www.cnedu.pt/content/edicoes/estado_da_educacao/EE2019_Digital_Site.pdf)
- Conselho Nacional de Educação (CNE). (2021). Recomendação: Perspetivar o futuro do Ensino Profissional. [https://www.cnedu.pt/content/noticias/CNE/Recomendacao\\_\\_Perspetivar\\_o\\_futuro\\_do\\_Ensino\\_Profissional.pdf](https://www.cnedu.pt/content/noticias/CNE/Recomendacao__Perspetivar_o_futuro_do_Ensino_Profissional.pdf)

Decreto-Lei nº 74/2004, de 26 de março. Diário da República Eletrónico: I-A série. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/74-2004-210801>